

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD): NOTAS SOBRE OS SIGNIFICANTES DE PROFESSORES ALFABETIZADORES - CONSIDERAÇÕES ATUAIS

NATIONAL TEXTBOOK PROGRAM (PNLD):
NOTES ON THE SIGNIFICANCES OF LITERACY
TEACHERS - CURRENT CONSIDERATIONS

Recebido em: 22 de outubro de 2023

Aprovado em: 5 de janeiro de 2024

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RCO | a. 16 | v. 1 | p. 59-75 | jan./jun. 2024

DOI: <https://doi.org/10.25112/rco.v1.3559>

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos *douglas.pestana@unifesp.br*

Mestre em Educação pelo instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (UNIB/USP) (São Paulo/Brasil). Atualmente é Membro da Cátedra Otavio Frias Filho de Estudos em Comunicação, Democracia e Diversidade na mesma universidade. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1861-0902>

RESUMO

Este artigo discute o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no contexto brasileiro, com foco na análise dos significados atribuídos por professores alfabetizadores a esse programa. Examina-se o papel do PNLD na formação e prática pedagógica dos docentes, bem como suas implicações para o ensino da alfabetização. Considerando a importância do PNLD como instrumento de suporte à educação básica, é fundamental compreender como os professores percebem e utilizam os materiais didáticos oferecidos por esse programa. As análises aqui apresentadas têm como objetivo contribuir para a reflexão crítica sobre o PNLD e suas influências no contexto educacional brasileiro.

Palavras-chave: PNLD. Livro didático. Alfabetização. Professores. Prática pedagógica.

ABSTRACT

This article discusses the National Textbook Program (PNLD) in the Brazilian context, with a focus on analyzing the meanings attributed by literacy teachers to this program. It examines the role of the PNLD in the training and pedagogical practice of teachers, as well as its implications for literacy teaching. Considering the importance of the PNLD as an instrument to support basic education, it is essential to understand how teachers perceive and use the teaching materials offered by this program. The analyses presented here aim to contribute to critical reflection on the PNLD and its influences in the Brazilian educational context.

Keywords: PNLD. Textbooks. Literacy. Teachers. Pedagogical practice.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), uma iniciativa governamental brasileira, desempenha um papel crucial no panorama educacional do Brasil. Instituído com a finalidade de prover apoio didático-pedagógico robusto a educadores e alunos do ensino básico, o PNLD tem como objetivo primordial assegurar a disponibilidade de materiais didáticos de alta qualidade. Esta política pública é instrumental no processo de alfabetização do país, constituindo-se como um recurso essencial para os docentes envolvidos na alfabetização. Sua implementação tem contribuído significativamente para a elevação dos padrões educacionais e a melhoria dos índices de literacia, refletindo-se de maneira positiva no desenvolvimento intelectual e pedagógico dos estudantes brasileiros.

O PNLD foi instituído no Brasil em 1985 e desde então tem sido uma peça fundamental na política educacional do país. Seu principal objetivo é fornecer materiais didáticos a escolas públicas de ensino fundamental e médio, com o intuito de apoiar o trabalho dos educadores e contribuir para a qualidade da educação. Os livros didáticos adotados pelo programa devem seguir critérios de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), visando garantir conteúdo atualizado e adequado às diretrizes curriculares nacionais.

Os livros didáticos destinados ao ensino da leitura e escrita têm uma história intrínseca à educação brasileira desde o século XIX. Ao longo desse tempo, esses materiais se tornaram cruciais para entender as dinâmicas educacionais no país, refletindo diferentes concepções sobre ensino e aprendizagem. Inicialmente, esses recursos eram de acesso restrito, mas hoje são peças fundamentais na prática pedagógica, frequentemente assumindo um papel predominante na orientação das ações docentes.

É inegável a influência das cartilhas, que marcaram a alfabetização de milhares de brasileiros, sendo o principal recurso didático até a década de 1980. A evolução histórica levou ao advento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e à avaliação dos livros que seriam utilizados pelos professores, alterando tanto a produção quanto o uso desses materiais.

Com a introdução do PNLD, o processo de avaliação dos livros didáticos passou a ser mais estruturado, padronizado e alinhado às diretrizes educacionais vigentes. Os critérios de avaliação foram aprimorados ao longo das diferentes edições do programa, incorporando as mudanças teóricas na área de alfabetização. Essas mudanças teóricas refletiram uma compreensão mais ampla do processo de leitura e escrita, considerando aspectos cognitivos, sociais e culturais, e influenciaram diretamente a produção e o uso dos livros de alfabetização.

Embora o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tenha proporcionado avanços significativos no contexto educacional brasileiro, persistem desafios e limitações que merecem atenção crítica. Uma

preocupação notável é a tendência à padronização excessiva nos critérios de avaliação dos materiais didáticos. Essa uniformização pode restringir a diversidade de metodologias pedagógicas e abordagens inovadoras no ensino de leitura e escrita, levando a uma homogeneização do conteúdo e potencialmente mitigando a criatividade e inovação pedagógica.

Além disso, há uma necessidade imperativa de que o PNLD se adapte de forma contínua e eficiente às evoluções tecnológicas, especialmente no tocante ao avanço das mídias digitais. A incorporação dessas tecnologias nos materiais didáticos, de modo a enriquecer e dinamizar a experiência educativa, representa um desafio crítico para o programa.

O PNLD tem desempenhado um papel fundamental na promoção de uma educação de qualidade no Brasil, com ênfase especial na alfabetização e no ensino de leitura e escrita. Contudo, é imperativo reconhecer a necessidade de um aprimoramento contínuo do programa. Este aprimoramento deve considerar a incorporação de uma gama mais ampla de abordagens pedagógicas e a rápida evolução das tecnologias educacionais. As pesquisas e análises realizadas fornecem *insights* valiosos para reflexões e melhorias que podem potencializar a eficácia do PNLD, contribuindo assim para a elevação da qualidade do ensino de leitura e escrita no Brasil.

1 A PERCEÇÃO DOS PROFESSORES ALFABETIZADORES SOBRE O PNLD: NOTAS HISTÓRICAS

É no diálogo com práticas passadas e com as práticas atuais que poderemos compreender nossos problemas, compreender que soluções fizeram avançar a prática e desconfiar de soluções mágicas e fáceis para a alfabetização (Frade, 2005, p. 8).

Os professores alfabetizadores desempenham um papel crucial no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos alunos. Nesse contexto, o PNLD se apresenta como um recurso importante para esses educadores, fornecendo materiais que podem auxiliar no processo de alfabetização. No entanto, a percepção dos professores sobre o programa pode variar, influenciando diretamente sua utilização e impacto na prática pedagógica.

Alguns professores veem o PNLD como uma ferramenta valiosa para diversificar o material didático em sala de aula, proporcionando diferentes abordagens e enriquecendo o processo de ensino. Eles reconhecem a importância de ter acesso a livros atualizados e alinhados com as necessidades educacionais dos alunos, o que pode impactar positivamente a aprendizagem.

Por outro lado, há professores que expressam preocupações em relação à qualidade dos livros fornecidos pelo PNLD. Eles apontam possíveis limitações nos conteúdos, linguagem ou abordagens pedagógicas, ressaltando a necessidade de uma seleção criteriosa e de uma avaliação contínua dos materiais oferecidos pelo programa.

A história do livro didático no Brasil é uma narrativa marcada por uma série de decretos, leis e medidas governamentais que buscaram regulamentar e guiar a produção, distribuição e uso desse material essencial no contexto educacional. Desde as primeiras preocupações oficiais, notadamente expressas no Decreto-lei nº 1.006 de 1938, até as transformações mais recentes estabelecidas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1985, o cenário educacional brasileiro tem sido moldado pela atuação estatal nesse domínio.

A criação de órgãos como a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), o Instituto Nacional do Livro (INL) e a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) representou marcos importantes nessa trajetória. Essas instituições foram encarregadas de examinar, julgar e até sugerir concursos para a produção de livros didáticos, definindo, assim, as primeiras políticas nacionais para a regulação dessas obras. Ao longo do tempo, as características dos livros didáticos foram influenciadas pelos contextos sociais, políticos e econômicos em que a sociedade brasileira se inseria, revelando uma interligação complexa entre educação e cenário nacional.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) representou um divisor de águas ao introduzir mudanças significativas no modo como os livros didáticos eram indicados, produzidos e distribuídos. As diretrizes estabelecidas pelo PNLD desde 1985 têm delineado as relações do Estado com o livro escolar. Inicialmente, a ênfase estava na aquisição e distribuição gratuita dos livros, mas a partir de 1996, houve uma preocupação crescente com a qualidade desses materiais.

O processo de avaliação passou a incorporar critérios conceituais, políticos e metodológicos, buscando assegurar que os livros não contivessem erros, preconceitos ou proselitismo, e que oferecessem situações adequadas de ensino e aprendizagem. Assim, o PNLD não apenas se tornou uma ferramenta de distribuição de livros didáticos, mas também um mecanismo de controle de qualidade e orientação para aprimorar a experiência educacional dos alunos.

Com isso, evolução histórica do livro didático no Brasil reflete não apenas uma trajetória de regulamentação e gestão estatal, mas também uma evolução na compreensão da importância do material didático na prática educacional. O livro didático, ao longo do tempo, tem se adaptado para atender às necessidades educacionais, embora o desafio contínuo permaneça em garantir que esses materiais sejam sempre atualizados, relevantes e eficazes no processo de ensino e aprendizagem.

A evolução histórica do livro didático no Brasil, marcada por uma série de decretos, leis e políticas governamentais, influenciou de maneira significativa os significantes que os professores atribuem a esse importante recurso educacional. Os significantes, neste contexto, referem-se às percepções, interpretações, valores e significados que os professores associam ao livro didático e à sua utilização no processo de ensino e aprendizagem. Alguns pontos são importantes a refletir:

Percepção da Validade e Credibilidade do Material: A regulamentação governamental e os critérios estabelecidos ao longo do tempo para avaliação e seleção dos livros didáticos podem influenciar a percepção dos professores sobre a validade e credibilidade desses materiais. Saber que os livros foram avaliados e aprovados por órgãos competentes pode aumentar a confiança dos professores na eficácia e qualidade do conteúdo pedagógico.

Adoção e Utilização dos Livros: A existência de políticas como o PNLD, que indicam e fornecem os livros didáticos aos professores, pode moldar a maneira como os educadores adotam e utilizam esses materiais em suas práticas pedagógicas. A imposição ou orientação para o uso de determinados livros pode influenciar a frequência e a abordagem com que os professores os incorporam em suas aulas.

Impacto nas Estratégias de Ensino: As políticas relacionadas ao livro didático podem impactar as estratégias de ensino adotadas pelos professores. Se determinados critérios metodológicos são enfatizados na avaliação dos livros, os professores podem ser levados a incorporar essas abordagens em sua prática de sala de aula, alinhando-se com as diretrizes estabelecidas.

Orientação e Direcionamento no Processo de Ensino: As políticas governamentais relacionadas ao livro didático podem orientar os professores, oferecendo diretrizes claras sobre os conteúdos e competências a serem abordados em determinados níveis de ensino. Isso pode influenciar diretamente a escolha dos livros e a forma como os professores planejam suas aulas.

Consciência da Relevância Histórica e Social: A compreensão da história e evolução do livro didático no Brasil pode conscientizar os professores sobre a relevância histórica e social desse recurso educacional. Eles podem compreender como as políticas e regulamentações moldaram os livros e, por consequência, refletir sobre como utilizá-los de forma mais eficaz em contextos contemporâneos.

Sensibilidade às Mudanças e Inovações: A percepção da evolução histórica do livro didático pode tornar os professores mais sensíveis às mudanças e inovações na produção e utilização desses materiais. Eles podem estar mais abertos a novas abordagens pedagógicas e tecnológicas, considerando as transformações que ocorreram ao longo do tempo.

A história e as políticas relacionadas ao livro didático no Brasil moldaram as percepções e práticas dos professores em relação a esse importante instrumento educacional. As políticas governamentais

têm o poder de direcionar a adoção, utilização e interpretação dos livros didáticos pelos professores, influenciando sua prática pedagógica e, conseqüentemente, a qualidade da educação oferecida aos alunos.

A inserção dos livros didáticos no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e seu conseqüente processo de análise e avaliação pedagógica por especialistas desempenham um papel crucial na configuração atual desses materiais educacionais e na influência que exercem sobre os professores, particularmente aqueles dedicados à alfabetização. A avaliação pedagógica estabelecida pelo PNLD funciona como um filtro de qualidade e relevância, garantindo que apenas os livros que atendem a determinados critérios e padrões pedagógicos sejam recomendados para uso nas salas de aula do Ensino Fundamental.

Essa análise sistemática, realizada a cada três anos, envolve a participação de pesquisadores e professores, que avaliam os manuais didáticos com base em critérios estabelecidos previamente. Os livros que atendem a esses critérios são incluídos no Guia de Livros Didáticos, fornecendo orientação valiosa aos professores ao fazerem suas escolhas. Essa abordagem contribui para a padronização e qualidade dos materiais educacionais utilizados nas escolas, garantindo que atendam aos requisitos necessários para promover um ensino eficaz e eficiente.

Essa avaliação pedagógica funciona como um mecanismo de controle de qualidade, criando um ambiente de competição saudável entre os produtores de livros didáticos. Os editores e autores são incentivados a aprimorar continuamente seus materiais para atender aos critérios estabelecidos e, assim, serem incluídos no Guia de Livros Didáticos. Isso leva a uma melhoria constante na qualidade dos livros didáticos, pois os produtores buscam inovações, atualizações e adequações para permanecerem competitivos no mercado.

Além disso, o processo de avaliação promove a diversidade e inclusão no mercado editorial de livros didáticos. A participação de novas editoras e autores a cada edição do PNLD amplia as opções disponíveis para os educadores, enriquecendo a oferta de materiais pedagógicos e proporcionando abordagens diferenciadas para a alfabetização. Essa variedade permite que os professores escolham os livros mais alinhados com suas práticas pedagógicas e as necessidades de seus alunos.

Assim, o processo de avaliação pedagógica no âmbito do PNLD não apenas assegura a qualidade e relevância dos livros didáticos, mas também impulsiona a inovação e aprimoramento constante desses materiais, enriquecendo o cenário educacional brasileiro. Além disso, ele desempenha um papel crucial na orientação e apoio aos professores, auxiliando-os na seleção dos melhores recursos para suas práticas de ensino, especialmente no contexto da alfabetização.

2 NOTAS SOBRE A ALFABETIZAÇÃO E O LIVRO

A trajetória histórica da alfabetização no Brasil é profundamente entrelaçada com a evolução dos métodos pedagógicos para o ensino da leitura e escrita, uma evolução que se manifesta claramente nos manuais didáticos adotados ao longo das décadas. Historicamente, os manuais de alfabetização, frequentemente referidos como cartilhas, baseavam-se em métodos analíticos ou sintéticos. Estes métodos eram caracterizados pela prescrição de atividades estruturadas que os professores deveriam seguir para instruir os alunos na leitura e escrita. Por um longo período, esses manuais representaram o principal, e muitas vezes único, recurso didático para a alfabetização, incorporando-se de forma integral à rotina escolar brasileira.

No entanto, a década de 1980 foi marcada por um discurso crítico intenso contra o uso predominante dos livros didáticos, particularmente no que concerne à alfabetização. Essa crítica associava o uso desses materiais à desqualificação profissional dos professores, argumentando que eles limitavam a autonomia e criatividade docente. Além disso, os livros didáticos foram objeto de críticas por conterem erros conceituais e por refletirem visões de mundo parciais e ideologicamente tendenciosas. Essas preocupações estendiam-se especialmente às cartilhas de alfabetização, as quais eram questionadas quanto à sua eficácia pedagógica. Críticos apontavam para o uso de frases desconexas e artificialmente construídas, argumentando que tais abordagens não refletiam as práticas linguísticas reais e podiam, conseqüentemente, prejudicar o processo de aprendizado da leitura e escrita.

Essa fase de questionamento levou a um movimento progressivo em direção a métodos de ensino mais holísticos e contextualizados, que enfatizavam a compreensão e o uso significativo da linguagem, ao invés de simplesmente focar na decodificação de palavras. Essa transição pedagógica refletiu uma compreensão mais ampla da leitura e escrita como práticas sociais complexas, que exigem um ensino mais integrado e reflexivo. Assim, a história da alfabetização no Brasil, marcada tanto por avanços como por desafios, ilustra a dinâmica evolutiva dos métodos pedagógicos e a constante busca por abordagens que atendam melhor às necessidades educacionais em um contexto social e cultural em constante mudança.

No entanto, a década de 1980 também marcou um novo olhar sobre o ensino da leitura e escrita, especialmente através dos trabalhos de Ferreiro e Teberosky sobre a psicogênese da língua escrita. Elas propuseram uma nova concepção de língua escrita, enfatizando a necessidade de os alunos compreenderem como o sistema alfabético funciona. Esse entendimento levou a um discurso contrário aos métodos tradicionais de alfabetização, incluindo as cartilhas baseadas nesses métodos.

Na década de 1990, o conceito de letramento ganhou destaque, destacando a importância de inserir os estudantes em diversas práticas de leitura e escrita. Isso influenciou profundamente a forma como a alfabetização era abordada, enfatizando não apenas a apropriação do sistema alfabético, mas também sua aplicação em situações significativas de leitura e produção de textos.

Essas transformações teóricas e a institucionalização do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tiveram um impacto considerável nos livros didáticos de alfabetização. Houve uma diversificação textual notável nos materiais recomendados pelo PNLD, incluindo uma ampla gama de gêneros textuais. No entanto, pesquisas indicam que muitos professores enfrentavam dificuldades no uso eficaz desses livros, alegando que apresentavam textos extensos e não auxiliavam adequadamente no processo de alfabetização.

Morais e Albuquerque (2005) também observaram que, apesar da diversidade textual, a abordagem do sistema alfabético de escrita ainda deixava a desejar nos livros de alfabetização aprovados pelo PNLD/2004. Isso levanta questões críticas sobre a eficácia dos materiais didáticos e destaca a necessidade de uma abordagem equilibrada que integre a compreensão do sistema alfabético com práticas de letramento significativas.

Neste sentido, a história da alfabetização no Brasil está diretamente relacionada à evolução dos métodos de ensino e dos materiais didáticos utilizados, refletindo as mudanças teóricas e práticas que moldaram o ensino da leitura e escrita ao longo do tempo. A abordagem atual busca equilibrar a compreensão do sistema alfabético de escrita com práticas significativas de leitura e escrita, promovendo uma alfabetização mais abrangente e eficaz.

A transição da perspectiva centrada no letramento para a apropriação do sistema de escrita alfabética, evidenciada nos livros de alfabetização aprovados nas primeiras edições do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), está intrinsecamente relacionada ao que Soares (2004) denominou de "desinvenção da alfabetização". Esse processo é marcado pela desconsideração da faceta linguística essencial no aprendizado da leitura e escrita. Os materiais didáticos dessas edições ofereciam pouco suporte ao professor na organização do trabalho relacionado à apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA).

Até o PNLD 2007, os livros de alfabetização eram direcionados aos alunos da 1ª série do Ensino Fundamental, que, na época, tinham oito anos, recebendo dois livros no mesmo ano: o de alfabetização e o primeiro volume da coleção de Língua Portuguesa. No entanto, com a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, conforme estabelecido pela Lei nº 11.274/2006, o PNLD 2010 passou por mudanças substanciais para acomodar essa nova realidade.

O PNLD 2010 propôs a inscrição de coleções de letramento e alfabetização para os dois primeiros anos do Ensino Fundamental de nove anos. Foi enfatizada a necessidade de que, ao longo desses dois anos, as crianças se apropriassem do sistema de escrita alfabética por meio de atividades que explorassem os princípios desse sistema, fundamentais para compreender seu funcionamento.

Em outras edições, como o PNLD 2013 e o PNLD 2016, essa abordagem continuou a ser aprimorada. As coleções da área de Língua Portuguesa foram organizadas para garantir que os livros destinados aos primeiros anos do Ensino Fundamental concentrassem-se no letramento e na alfabetização iniciais, unificando as práticas de leitura e escrita e o domínio do SEA em um processo integrado. Essa estratégia visava promover a compreensão da natureza e do funcionamento do SEA.

A incorporação do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a Meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE) sobre a alfabetização até o final do 3º ano do Ensino Fundamental evidenciam a importância atribuída à alfabetização e ao letramento no cenário educacional brasileiro. O Ministério da Educação (MEC) tem investido em programas que incluem a produção e distribuição de materiais didáticos para escolas públicas, reforçando o papel dos livros didáticos na promoção da alfabetização e letramento.

Portanto, a evolução no enfoque dos livros didáticos de alfabetização, passando de uma abordagem centrada apenas no letramento para uma que integra o letramento à apropriação do SEA, é reflexo de uma visão mais ampla sobre o processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita, alinhada com as necessidades educacionais contemporâneas e as metas nacionais de alfabetização. Essa mudança visa proporcionar uma formação mais sólida e completa aos alunos nos anos iniciais da educação formal.

3 O LIVRO E A ESCOLA

A opção por não alfabetizar na Educação Infantil não precisa nem deve ser confundida com uma sonegação do direito das crianças com menos de seis anos a conviver com palavras escritas e sobre elas refletir. Interpretamos que a omissão de nossa BNCC a esse respeito é um fator de perpetuação de desigualdades sociais, ajudando a manter o apartheid educacional que caracteriza nosso país (Morais; Silva; Nascimento, 2020, p. 20).

A pesquisa sobre o livro didático vai além da sua mera presença nas escolas e se estende ao entendimento de sua inserção no contexto educacional, incluindo análises sobre sua relação com a comunidade escolar e a sua vinculação à dinâmica de mercado. Estudos investigativos têm levado em

consideração não apenas a utilização prática do livro didático pelos professores, mas também sua produção, distribuição e influência de diferentes agentes nesse processo.

Uma vertente dessas pesquisas examina a mercantilização do livro didático, analisando como fatores comerciais, estratégias de mercado e influências de grupos específicos afetam sua produção e disponibilização no âmbito educacional. Aspectos como o papel do Estado na regulação e consumo desse material são igualmente examinados, considerando que políticas educacionais e aquisições governamentais podem moldar o cenário dos livros didáticos.

Entender como os livros didáticos são percebidos e incorporados no planejamento das aulas é crucial para avaliar seu impacto real no processo educacional. Nesse sentido, investigações que analisam os diários de classe de professores podem oferecer *insights* valiosos sobre a presença e relevância do livro didático no contexto escolar. A análise desses registros proporciona uma visão sobre a atenção concedida, ou não, ao processo de seleção e uso dos livros didáticos, revelando a dinâmica complexa que envolve a sua utilização efetiva na prática pedagógica.

Além disso, considerar o contexto atual, onde a indústria editorial emprega estratégias mercadológicas para expandir seu alcance, é essencial. Isso implica investigar não apenas como os livros são usados pelos professores, mas também como são percebidos, escolhidos e adotados, levando em conta as influências do mercado editorial e os interesses comerciais envolvidos.

Neste diapasão, a pesquisa sobre livros didáticos vai além de uma análise superficial da presença desses materiais nas escolas, abrangendo uma compreensão mais profunda de sua dinâmica, influências mercadológicas e seu papel no planejamento e execução das atividades educacionais, sendo vital para uma reflexão crítica sobre o uso e impacto desses recursos no processo de ensino-aprendizagem.

Refletir sobre a presença, uso e discussão do livro didático nas escolas é fundamental, especialmente no contexto atual de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mudanças curriculares baseadas em referenciais regionais e os desafios impostos pela pandemia de Covid-19. É importante questionar se existem espaços adequados para debater o livro didático, suas fragilidades, potencialidades, bem como os processos de escolha e os atores envolvidos nessa política pública.

Nesse sentido, a hipótese é que na escola há uma reflexão limitada sobre a presença desse recurso e suas implicações no contexto escolar, bem como no cenário mais amplo das políticas educacionais. Muitos professores acabam aguardando a entrega dos livros pelas editoras nas escolas para fazer suas escolhas, desconhecendo o Guia do Livro Didático. Embora atualmente haja disponibilidade de acesso às obras *online* para as equipes gestoras das escolas, esse processo não ocorre de maneira eficaz em todos

os casos, e os professores acabam optando por obras disponíveis fisicamente ou que já tiveram contato prévio, muitas vezes devido à restrição de tempo para análise do Guia.

Essa lacuna de conhecimento e dificuldade de acesso às obras de maneira efetiva pode resultar na escolha de livros que nem sempre são os mais adequados para a realidade escolar e os alunos. Isso pode perpetuar a presença de determinados grupos nas escolas que oferecem seus materiais como mercadorias a serem adquiridas pelo Estado. Mesmo com obras de qualidade, é crucial analisar cuidadosamente cada contexto escolar para determinar se essas obras são realmente a melhor opção ou se é possível buscar alternativas.

As fragilidades na comunicação entre as orientações do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com as escolas que recebem os livros didáticos são elementos significativos a serem considerados no contexto das políticas públicas educacionais. Essa comunicação deficiente pode afetar a implementação qualificada e coerente dessas políticas nas instituições escolares.

Portanto, avança-se para o debate sobre a política nacional do livro didático, especialmente o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), suas orientações gerais e algumas alterações recentes. Esse avanço visa contribuir para uma compreensão mais abrangente sobre os atores envolvidos em suas definições e implementações, bem como para aprimorar a forma como o livro didático é utilizado e debatido nas escolas.

4 O LIVRO E O PROFESSOR

Considerando o professor como o centro de escolha do livro didático, é fundamental refletir sobre a dimensão comercial desse recurso e como ela se relaciona com o processo de escolha nas escolas. O livro didático é um objeto cultural contraditório que gera polêmicas, críticas e, ao mesmo tempo, é considerado um instrumento fundamental no processo de escolarização. Ele se torna uma referência concreta do trabalho realizado nas diferentes disciplinas para os pais, alunos, professores, coordenadores, diretores e a comunidade em geral.

Os livros didáticos são materiais amplamente presentes no cotidiano das escolas de nível básico e representam um poderoso instrumento de acesso ao conhecimento, pois apresentam informações das disciplinas e orientam sobre como proceder para ministrar as aulas nos diversos níveis de ensino. Muitas vezes, são o único livro que crianças e estudantes da escola pública possuem em suas casas. Além disso, são um poderoso instrumento nas mãos do Estado Nacional para veicular seus princípios e interesses, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência nacional.

Nesse contexto, os livros didáticos não podem ser vistos de forma isolada, mas como parte de um conjunto de elementos que precisam ser considerados ao analisá-los como recurso e dispositivo de política pública. A reflexão sobre os livros didáticos deve envolver um papel ativo e consciente dos professores, que desempenham um papel crucial na seleção e utilização desses materiais. Eles precisam considerar as perspectivas pedagógicas de cada coleção, como ela pode contribuir para a formação dos estudantes e, assim, optar pela mais coerente com a realidade em que atuam.

É fundamental fortalecer e ampliar espaços para a análise do Guia do Livro Didático, promovendo debates sobre a influência e a força que o livro didático exerce em cada contexto escolar e sala de aula. Isso inclui considerar os percursos, as definições políticas, as decisões do poder público e dos agentes do mercado editorial, bem como o papel das escolas e, especialmente, dos professores nesse processo.

Os desafios que os professores enfrentam diante das mudanças nas políticas educacionais, destacam a necessidade de diálogos contínuos, formação continuada e um olhar mais crítico e atento sobre o livro didático. Compreender o livro didático no contexto nacional, sua presença como política pública educacional através do PNLD, permite aos professores e equipes de gestão uma compreensão mais profunda e crítica desse programa. Isso possibilita um olhar mais criterioso e consciente em relação à escolha e ao uso desses materiais nas escolas e salas de aula, considerando as relações que envolvem a dimensão pública e a participação do capital privado.

Além disso, é importante considerar que os professores, ao selecionarem e utilizarem os livros didáticos, estão exercendo uma responsabilidade que vai além da sala de aula. Eles estão moldando o acesso ao conhecimento e influenciando diretamente a formação dos estudantes, o que reforça a necessidade de uma escolha cuidadosa e informada.

A consciência sobre como ocorrem as relações e influências que delineiam a dimensão pública e a participação do capital privado no contexto dos livros didáticos também é crucial. Compreender como as políticas educacionais, como o PNLD, se relacionam com o mercado editorial e como determinados interesses e valores são incorporados nos materiais é essencial para uma atuação mais crítica e consciente dos professores nesse processo de escolha.

Os professores desempenham um papel central na escolha dos livros didáticos, e essa escolha deve ser pautada por uma análise cuidadosa das propostas pedagógicas apresentadas pelos diferentes materiais disponíveis. Isso implica em considerar como cada coleção aborda os conteúdos, como promove a interação dos alunos com o conhecimento, e como contribui para o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais.

Nesse sentido, os profissionais da educação precisam ser incentivados a analisar criticamente as propostas dos livros didáticos e a considerar como elas se alinham com as necessidades e realidades de seus alunos. A formação continuada dos professores é uma ferramenta fundamental para promover essa análise crítica e para fortalecer a capacidade de escolha dos docentes.

Além disso, é necessário ampliar os espaços de diálogo e reflexão sobre o papel e a influência do livro didático na educação, envolvendo não apenas os professores, mas também gestores escolares, pais, estudantes e a comunidade em geral. A transparência e participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional são essenciais para garantir uma escolha mais informada e democrática dos materiais didáticos. Isso contribui para que os livros didáticos atendam de maneira mais eficaz às necessidades de aprendizagem dos estudantes e ao contexto educacional específico de cada escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional do Livro Didático desempenha um papel significativo no cenário educacional brasileiro, especialmente para os professores alfabetizadores. Sua implementação impacta diretamente a prática pedagógica desses profissionais e, conseqüentemente, a aprendizagem dos alunos. É fundamental que as políticas educacionais, incluindo o PNLD, sejam constantemente revisadas e aprimoradas, levando em consideração as percepções e necessidades dos professores, bem como a qualidade dos materiais disponibilizados.

A compreensão dos significados atribuídos pelos professores ao PNLD é essencial para fortalecer a eficácia desse programa e garantir que ele cumpra seu propósito de contribuir para uma educação de qualidade no Brasil. Mais pesquisas e debates são necessários para promover melhorias contínuas no PNLD, alinhando-o de forma mais precisa às demandas e desafios atuais da educação brasileira.

Em consideração a todo o debate apresentado, torna-se evidente a necessidade de um conhecimento aprofundado dos professores não apenas sobre as propostas de cada coleção didática, mas também sobre os grupos e interesses que influenciam a definição do livro didático enquanto política pública. É fundamental que os educadores estejam cientes das implicações políticas, culturais e mercadológicas envolvidas nesse processo de escolha e utilização dos materiais didáticos.

A compreensão das limitações e potencialidades de cada proposta, bem como a percepção da influência de políticas públicas e do mercado editorial, permite que os professores exerçam um papel mais ativo e crítico na seleção dos livros didáticos. Isso é crucial para garantir que esses materiais atendam

às necessidades dos alunos de maneira significativa e contextualizada, levando em consideração as especificidades regionais, culturais e étnicas de cada localidade.

Observou-se, ao longo da discussão, uma certa naturalização do uso do livro didático, o que pode limitar a exploração de suas potencialidades e a adaptação às particularidades de cada contexto educacional. No contexto da implementação da BNCC, é essencial que os professores não apenas sigam as diretrizes, mas também compreendam como os materiais didáticos podem ser um meio para a construção de conhecimentos sólidos e relevantes.

Os investimentos significativos realizados no âmbito do PNLD demandam uma reflexão constante sobre a qualidade dos materiais didáticos e sobre como eles são utilizados no contexto escolar. O diálogo entre o Estado, as escolas e os professores é crucial para garantir uma execução eficaz dessa política pública, levando em consideração as vozes dos educadores e a realidade das salas de aula.

Além disso, é imperativo considerar as interações complexas entre o âmbito público e privado, reconhecendo o livro didático como um recurso que, por um lado, democratiza o acesso ao conhecimento e, por outro, é uma mercadoria sujeita a interesses comerciais. Nesse sentido, há um vasto campo para avançar em pesquisas, análises e proposições que explorem a relação entre a política nacional do livro didático, o mercado editorial e a presença desses materiais no contexto educacional.

A urgente reflexão crítica e aprofundada sobre o livro didático enquanto política pública e recurso pedagógico são essenciais para promover uma escolha mais consciente e alinhada com os objetivos educacionais de cada contexto escolar. Isso contribui para que o livro didático não seja apenas um instrumento padronizado, mas sim um recurso efetivo e contextualizado que enriqueça o processo de ensino-aprendizagem, estimulando a formação de cidadãos críticos, informados e culturalmente sensíveis.

Nesse cenário, a valorização do papel do professor como agente central na escolha e utilização do livro didático é fundamental. Os educadores devem ser capacitados para avaliar criticamente os materiais disponíveis, levando em consideração não apenas o alinhamento com a BNCC e os currículos, mas também a adequação às características e necessidades específicas de seus alunos.

A formação continuada dos professores se torna um elemento-chave nesse processo, possibilitando o desenvolvimento de habilidades analíticas e críticas para selecionar os melhores materiais didáticos e integrá-los de forma eficaz no planejamento das aulas. Isso implica um olhar atento não apenas para os conteúdos, mas também para a metodologia proposta e a abordagem pedagógica.

Além disso, é relevante destacar a importância do diálogo e colaboração entre os profissionais da educação, a gestão escolar, os órgãos governamentais e as editoras. Essa colaboração pode contribuir

para o aprimoramento constante dos critérios de avaliação e seleção dos livros didáticos, levando em conta as demandas e realidades específicas de cada região e comunidade escolar.

Por fim, é crucial ressaltar que o livro didático, embora seja uma ferramenta valiosa, não deve ser o único recurso utilizado no processo de ensino-aprendizagem. Ele deve ser complementado por outras fontes de informação, atividades práticas, tecnologias educacionais e estratégias pedagógicas inovadoras, promovendo assim uma abordagem mais ampla e integrada para a construção do conhecimento.

A análise do papel do livro didático no âmbito da política educacional brasileira representa um assunto de notável complexidade e multifacetado. Esse tópico exige uma abordagem holística que englobe uma variedade de dimensões – pedagógicas, políticas, sociais e econômicas. A relação entre os livros didáticos e o processo de ensino-aprendizagem é intrincada, envolvendo a interação entre conteúdo, metodologia e a dinâmica em sala de aula. É fundamental compreender como os livros didáticos influenciam e são influenciados por estas dinâmicas, especialmente em termos de como eles moldam e são moldados pelas práticas pedagógicas vigentes.

Além disso, é imperativo reconhecer as influências políticas e mercadológicas que permeiam a produção e distribuição dos livros didáticos. As políticas educacionais, muitas vezes influenciadas por agendas políticas e ideológicas, têm um impacto significativo na seleção e no conteúdo dos materiais didáticos. Essas influências podem determinar quais perspectivas são apresentadas aos estudantes, afetando assim a natureza da educação e a formação de valores e conhecimentos.

Do ponto de vista mercadológico, a produção de livros didáticos no Brasil é um setor significativo, envolvendo grandes investimentos e interesses econômicos. A qualidade, acessibilidade e relevância dos materiais didáticos são, portanto, também moldadas por considerações de mercado. Isso levanta questões sobre equidade e acessibilidade, especialmente em um país de dimensões continentais e disparidades regionais como o Brasil.

Para garantir que o livro didático seja utilizado de maneira eficaz e contextualizada, é essencial alinhar sua utilização com os objetivos educacionais mais amplos. Isso implica em uma constante revisão e atualização dos materiais, assegurando que eles não apenas transmitam conhecimento, mas também promovam habilidades críticas e reflexivas, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e engajados. Assim, a discussão sobre o livro didático no Brasil deve ser vista como parte de um diálogo contínuo sobre como melhorar a qualidade da educação e promover uma formação cidadã que seja ao mesmo tempo sólida, crítica e adaptável às mudanças sociais e tecnológicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-lei Nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938.** Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Diário Oficial da União, 5 jan. 1939.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 91.542, de 18 de agosto de 1985.** Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Diário Oficial da União, 20 ago. 1985.

BRASIL. **Lei Nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, 7 fev. 2006a.

BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.** Programas do livro: histórico. Brasília, DF, 2018.. Disponível em: . Acesso em: 7 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental. Guia de livros didáticos 1a a 4a séries - Volume 1 - PNLD 2004.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Guia do livro didático 2007: alfabetização, séries/anos iniciais do Ensino Fundamental.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006b.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores: caderno do professor.** Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG (Coleção Alfabetização e Letramento), 2005.

MORAIS, A. G.; ALBUQUERQUE, E. B. C. **Novos livros de alfabetização: dificuldades em inovar o ensino do sistema de escrita alfabética** In: VAL, M. G.; MARCUSCHI, B. (Orgs.). Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania. 1a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.